

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

No início deste século, um novo paradigma de desenvolvimento tem-se vindo a consolidar- o denominado desenvolvimento sustentável- em que o grau de desenvolvimento da sociedade é medido não só pela capacidade de gerar riqueza, mas também pelas condições de distribuição da mesma, juntamente com a preservação e conservação do meio ambiente.

O século passado foi palco de transformações significativas em todas as dimensões da vida.

A procura crescente de bens e serviços, não tendo sido uniforme, provocou grandes disparidades nos padrões de vida e de consumo das populações, juntamente com índices de desigualdade crescentes.

Este cenário levou ao aparecimento de um novo paradigma de desenvolvimento, onde se propõe a adopção de modelos que respeitem a capacidade de renovação dos ecossistemas, em substituição de um modelo baseado apenas no crescimento económico. O grau de desenvolvimento de uma sociedade, é agora medido não somente pela sua capacidade de gerar riqueza, mas também pelas condições de divisão mesma, juntamente com a preservação e conservação do meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável deve ser ao mesmo tempo ecologicamente equilibrado, economicamente viável e socialmente justo.

Está directamente associado ao modo como trabalhamos, produzimos, vivemos as nossas vidas e as instituições conduzem as suas políticas.

Não é um fim a ser atingido, mas sim um processo contínuo que vai evoluindo á medida que as práticas sociais se transformam.

A comunidade internacional tem aderido a este modelo. Portugal não é excepção e o Algarve não é alheio.

De facto e num rápido olhar para a nossa região, constatamos que uma autêntica revolução ocorreu nas últimas três décadas, onde o Algarve passou de uma economia com alicerces na agricultura e na pesca, para um Algarve com uma economia baseada no turismo e nos serviços complementares do mesmo. Concorrente com esta nova situação, houve um tremendo surto das zonas urbanas a par da fixação de comunidades estrangeiras e da migração de gentes de todo o País, todos à procura do Bezerro de Ouro.

Este progresso do Algarve teve e tem custos ambientais, paisagísticos e culturais, os quais sepultaram a nossa memória num mar de construções aberrantes que atestam a ganância, o desvario e a ingratidão dos homens pelas dádivas com que a Mãe Natureza dotou a Região.

Compete a esta geração de autarcas promover o crescimento harmonioso da nossa terra, de modo a que se possa dar testemunho às gerações vindouras de que existe uma forma de cultura ligada à história, à terra e ao mar, à herança cultural romana e árabe, mas sobretudo ao brilho intenso da arte de viver mediterrânica, que não há rival em toda a Europa.

A gestão autárquica tem de promover formas de gestão participada em que sejam envolvidos todos os actores de modo a diminuir o enorme fosso entre administração e administrados, sobretudo nas tomadas de decisão que directamente lhes digam respeito e afectem o seu património.

A gestão autárquica tem de assentar também em formas de solidariedade institucional de forma a diminuir as assimetrias entre municípios e entre o litoral e a serra.

A gestão autárquica tem de pugnar pela plena satisfação das necessidades básicas ainda não supridas em franjas significativas de gente carenciada. É uma bandeira da social-democracia e uma herança do fundador do partido que combateu sempre os Velhos do Restelo e as convenções obsoletas.

A gestão autárquica, tem de passar a ser mais cautelosa e criteriosa na gestão dos recursos naturais. A água, um bem cada vez mais escasso, tem que ser gerida por critérios que garantam quer a quantidade, quer a qualidade.

Não deveria ser possível ver a proliferação de rotundas e espaços públicos relvados, com gastos reprováveis de água e utilização de espécies arbóreas e arbustivas ávidas de rega, em detrimento do uso de espécies da região resistentes a secas e pragas.

Não deveria ser possível a contaminação das águas balneares por descargas de águas residuais com tratamento deficiente ou inexistente.

Não deveria ser possível esconder ou desvalorizar tais factos de modo a que as receitas do turismo e os turistas não sejam afectados.

Não deveria ser possível a degradação da paisagem e a aniquilação do mundo rural e as suas gentes

Não deveria ser possível que no domínio público marítimo se estejam a patrocinar fenómenos de exclusão social, por via de uma política de utilização do espaço público e portanto nosso, baseada em critérios puramente monetários, onde o negócio da venda de

Por João Moura

Candidato à CM de São Brás de Alportel

sombra implica o desembolsar de 10 ou mais euros por um toldo numa área concessionada, e uma exorbitância por uma garrafa de água num apoio de praia, onde uma refeição de pena “sem espinhas” uma família de incautos. A alternativa é ir para o “regime livre” ou seja sombrinhas em monte, nas pontas das praias.

Não deveria ser possível que um restaurante na praia, caso não haja concessionário de toldos, tenha de ter um nadador salvador. Não há memória de um afogamento numa terrina de sopa ou num jarro de sangria.

Não estamos a falar de desenvolvimento sustentável, estamos a falar da insustentável “leviandade” das entidades, pseudo regionais, gestoras do domínio público as quais, ao contrário dos autarcas, para além da falta de legitimidade democrática para o exercício dos poderes que lhes estão confiados, têm por norma tratar os representantes dos municípios muitas vezes “abaixo de cão” protelando e adiando decisões urgentes para a gestão dos municípios, umas vezes porque não sabem, outras sabe-se lá porquê!

É por tudo isto que a gestão autárquica tem hoje um desafio comum de aumentar a prosperidade económica, reduzindo o desemprego e a exclusão social a par da melhoria e protecção do ambiente natural e do ambiente urbano. É preciso melhorar a actual qualidade de vida local, sem pôr em risco a qualidade de vida das gerações futuras. É preciso uma melhor gestão da mobilidade. É preciso uma melhor qualidade dos edifícios e das infra-estruturas. É preciso valorizar e proteger o património cultural assumindo particular relevo os centros históricos.

Necessitamos de ser mais imaginativos na forma como se constituem os pacotes financeiros destinados a financiar o investimento económico ambiental e social e, sem margem para dúvidas, é necessário continuar a implementar a agenda 21 local.

A história do Algarve não se escreve através de emoções mas segundo o realismo das situações. Estamos convictos de que podemos fazer mais e melhor.

Conforme Hegel escreveu, “ O Espírito do Mundo, deu à nossa época, uma inequívoca palavra de ordem. Ir em Frente” Parar será morrer.

O passado acabará por ser mais uma vez vencido ao ser confrontado com a Irresistível Dinâmica do Futuro e esta, conforme se provou nas urnas, está connosco.

Viva o PPD/PSD

Viva a Região do Algarve

Viva Portugal